al-madan online

ARQUEOLOGIA | PATRIMÓNIO | HISTÓRIA LOCAL
ISSN 2182-7265 [semestral]
#25 (tomo 2) Jul. 2022

CARTA ARQUEOLÓGICA SUBAQUÁTICA DE PORTUGAL

Espártaco no Monte Vesúvio

A necrópole islâmica do Arneiro, Carcavelos

Artes do couro no medievo peninsular: selas, arreios, escudos

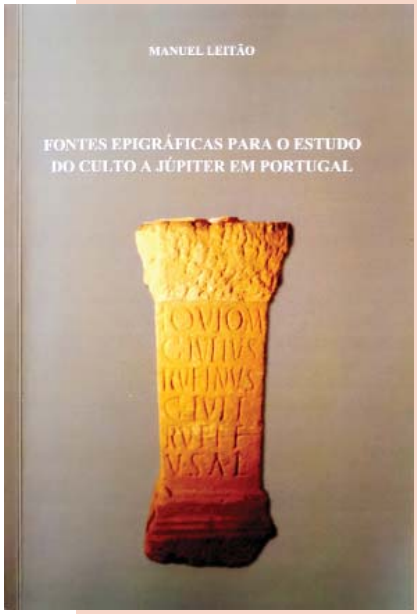
CAA
Centro de Arqueologia de Almada

Fontes Epigráficas para o Estudo do Culto a Júpiter em Portugal

José d'Encarnação [1]

[1] Catedrático de História, aposentado, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Por opção do autor, o texto não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.



LEITÃO, Manuel (2022) – *Fontes Epigráficas para o Estudo do Culto a Júpiter em Portugal*. Castelo Branco: Euedito.

Numa edição da Euedito, datada de Castelo Branco 2022, veio a lume o livro com o título em epígrafe, da autoria de Manuel Leitão. 472 páginas de texto, 93 de bibliografia, XXIV estampas com um total de 90 figuras. São, no geral, bastante boas as fotografias. Pelo índice geral se observa que o catálogo dos 156 monumentos é apresentado por distritos e, dentro destes, por concelhos, constituindo a II parte (pp. 337-455) a análise dos dados: a caracterização da área em estudo, distribuição territorial e cronológica, o contexto da descoberta, o suporte dos monumentos, o texto, tendo o cap. VI dessa parte o título "manifestações de sincretismo religioso", a anteceder as conclusões (pp. 456-472). Tabelas e gráficos visam tornar mais explícitas as conclusões da investigação feita.

Resultando da tese de doutoramento defendida na Universidade de Évora, tem prefácio dos seus orientadores. Salientam André Carneiro e Cláudia Teixeira a complexidade do tema, por se tratar não de um mero *corpus* de inscrições, mas por se ter procurado sondar o universo dos sentimentos religiosos; por Júpiter assumir variados epítetos; e, finalmente, por se ter querido abranger todo o território português, que, por distração, identificam com a província romana da *Lusitania*, porquanto o trabalho contempla também distritos a norte do rio Douro.

É, pois, digno de congratulação o facto de, pela primeira vez, se defender nesta Universidade uma tese em Epigrafia Romana, sintoma, que se aplaude, de ver este domínio científico singrar também aí, à semelhança do que já acontece nas outras universidades portuguesas.

Confessa o autor que "o fascínio" por este tema lhe foi despertado por ter identificado, numa das paredes da igreja da Mata (Castelo Branco), em 1982 (tinha, então, 25 anos), a inscrição que tem no catálogo o n.º 45. O seu entusiasmo pela Epigrafia vem, porém, de trás, na medida em que havia criado, em 1980, o Centro de Estudos Epigráficos da Beira, que chegou a publicar a série *Cadernos de Epigrafia* (n.º 10, 1994). Houve, inclusive, a possibilidade de, a 30 de Outubro de 1981, se apresentar, na Biblioteca Municipal, a conferência "Epigrafia, uma leitura diferente".

Dir-se-á que percorreu, por conta própria, essa aventura epigráfica, que terá, a 1 de Fevereiro de 2017, um dos seus marcos: a defesa, na Universidade Aberta (Lisboa), da dissertação de mestrado em Estudos do Património, intitulada *Religião e Sociedade no Concelho de Castelo Branco ao Tempo dos Romanos, segundo as Fontes Epigráficas*.

Em jeito de complemento das *Religiões da Lusitânia*, de José Leite de Vasconcelos, publicou José Manuel Garcia *Religiões Antigas de Portugal* (Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1991). São 110 as epígrafes a Júpiter que aí inclui (n.os 266 a 374, mais o n.º 25 da adenda); inserindo também, sob o n.º 208, a inscrição então interpretada como dedicada I(*ovi*) ASSAECO, ou seja, a única em que a divindade surgira com epíteto indígena. A propósito, Manuel Leitão, ainda que referindo a versão recente – que lê *Kassaeco* –, não deixa de incluir esta, com o n.º 84, expondo, todavia, todas as dúvidas que levanta. De facto, se identificar Júpiter apenas com a inicial I é estranho; não deixa de ser estranho também um teónimo grafado com K inicial, por mais que os linguistas se esforcem por esclarecer a sua possível etimologia.

Em 2016, sob orientação dos professores Maria Cruz González Rodríguez, da Universidade de Santiago de Compostela, e Francisco Marco Simón, da Universidade de Zaragoza, preparou Aitor Moneo Crespo a tese de doutoramento intitulada *Entre religión y poder: El culto a Júpiter en Hispania*, que apresentou à Universidade do País Basco, acessível em *https://bit.ly/3yBN89D*.

Aí se escreve, na síntese inicial: *"La presente tesis establece un corpus fiable y analiza las evidencias epigráficas del culto a Júpiter en Hispania, la evolución y difusión del culto en las tres provincias hispanas, el carácter de los dedicantes, sus vías de difusión y su vinculación al establecimiento de una nueva realidad política provincial en la provincia Citerior y la Lusitania: la de la ciudad, y específicamente el culto público"*.

É ao leitor que compete afirmar que se trata, ou não, de um *corpus* "fiável". E, se não hesitei em transcrever este resumo, foi justamente porque *corpora* deste tipo exigem, de facto, muita atenção e rigor, mormente quando se pretendem retirar conclusões, como é o caso, no âmbito da ideologia política. Rigor, desde logo, na localização geográfica, quando se opta por uma organização por *conventus*: Idanha-a-Velha, donde procede a inscrição n.º 136 de Moneo (pp. 175-176), não pertenceu segura-

mente ao *conventus Bracarensis*, como Viseu (inscrição n.º 192) também não.

Se se referem estes dois livros a propósito do que, em 2021, Manuel Leitão defendeu como tese, é justamente para salientar que, dispondo nós hoje de tanto material e tão repetidamente citado e transcrito, se torna difícil elaborar uma síntese.

Sirva-nos de exemplo a ficha n.º 154 de Manuel Leitão (p. 330). Uma escolha aleatória, confessa-se, ainda que me haja chamado a atenção por ter sido uma das mais recentes revisões a que, juntamente com Sónia Vicente (nome que é omitido na tese), lançara mão em 2019.

A apresentação é, sem dúvida, modelar: a negro, para o oportuno realce, o número, seguido do lugar e da indicação da estampa. O primeiro parágrafo refere o local de achado e respectivo contexto arqueológico, assim como o paradeiro (neste caso, errado, porque o monumento já está no Museu Municipal de Cárquere). Vêm de seguida a descrição, as dimensões, a leitura interpretada, a tradução, a altura das letras e as medidas dos espaços, a bibliografia (por ordem cronológica, apelido do autor, data e página). Após o comentário paleográfico, o comentário de integração histórica, ou seja, o que de novo a epígrafe nos traz. Dado que, na pedra, se lê bem *Castelani*, deduz-se que a dedicatória foi *"feita pelos habitantes de uma comunidade que, devido à fractura da pedra, se desconhece o nome"*. Devia estar escrito "de que se desconhece o nome"; mas lapsos desses acabam por negligenciar-se, ainda que, quando repetidos, possam denunciar a desatenção que o epigrafista não pode ter.

De todos os autores citados, Manuel Leitão salienta duas propostas de Jorge de Alarcão: que a epígrafe prova ter sido Cárquere um *castellum* (hipótese que aceita), e que os dedicantes pertenceriam *"a uma centúria da* Legio X Gemina*, que ao tempo de Cláudio estaria instalada em Cárquere"*, hipótese que rejeita devido à *"falta de referência à* legio" e atendendo à *"própria característica da dedicatória"*. Tomamos à conta de nova distração a incorrecção gramatical da frase seguinte *"levam-nos a distanciar desse conceito"*, incorrecção que uma revisão cuidada do texto poderia ter evitado.

Lido, porém, desta forma, o que está escrito deixa o leitor perplexo: qual foi, então, a leitura ou as leituras de Jorge de Alarcão? E isso prende-se com um outro elemento – mais um a dificultar a elaboração do *corpus* –, a referência às variantes de leitura. Encarnação e Sónia Vicente, por exemplo, propuseram como fórmula final V(*otum*) P(*osuerunt*) / L(*ibentes*) A(*nimo*), em vez de V(*otum*) P(*onendi*) / / L(*ibenter*) A(*nimo*) C(*uraverunt*) por que Manuel Leitão optou.

Jorge Alarcão referiu-se por duas vezes a esta inscrição. Na primeira, publicada em *Al-Madan* 13 (Julho de 2005), pp. 78-81, chama à colação a inscrição de Astorga em que um soldado da X Legião Gémina se apresenta como pertencente à centúria *Castellani*, *"a centúria de Castelano"*; aponta, por isso, como viável estarmos também aqui em presença de um elemento militar, na medida em que outros testemunhos há da existência de destacamentos (ou de um destacamento) na zona, porquanto os militares podiam, na verdade, ser utilizados em *"aberturas de estradas, construção de pontes de barcas para a travessia do rio Douro, vigilância de explorações mineiras, delimitação de* civitates" (p. 79). Termina a sua exposição, afirmando, na sequência de se pensar que Cárquere poderia ter sido a capital dos *Paesuri*: *"O elevado número de inscrições funerárias recolhidas no sítio é anormal para um simples* castellum*; mas, por outro lado, a ausência de vestígios monumentais torna duvidosa a capitalidade do povoado"* (p. 80).

No outro artigo desse mesmo ano, citado por Manuel Leitão (embora com errada indicação de páginas) e publicado em *Conimbriga* 44, pp. 147-171, Jorge Alarcão refere a epígrafe, mas limita-se a anotar o que pouco antes escrevera. O artigo é sobre as principais povoações do território atribuído aos *Paesuri* e Cárquere seria uma delas, ainda que – repete – a ausência de vestígios arquitectónicos incite a não se localizar aí a sua capital.

Em suma, esta epígrafe como testemunho do culto a Júpiter não sofre contestação. Se foram os habitantes de um *castellum* os dedicantes parece, na verdade, a opção mais fácil de entender, uma vez que, para estarmos perante um elemento (ou vários) de uma eventual centúria de Castelano, se necessitava de um suporte mais… vistoso e imponente.

Em comentário à inscrição n.º 67, de *Conimbriga*, ocorre, na p. 171, a alusão a epígrafes em que Júpiter é identificado com o epíteto C(*onservator*): *"Estão nesta situação as inscrições de Treminas (AE 1907, 151), Carviçais (RAP 367), Villanueva del Trabuco (HEp 8, 1998, 366), Freixo de Espada à Cinta (HEp 3, 1993, 429). Montgai (HEp 1, 1989, 454) e Santarém (ILER 68)"*.

Nas notas assinaladas em cada uma das referências vem indicado o texto desdobrado de cada epígrafe.

Estranhar-se-á que, sendo este um catálogo em que essas epígrafes figuram, não tenha sido opção a identificação não por bibliografia estranha, mas sim através do número que detêm no *corpus*. Vamos ver. Põem-se de parte as duas que são de território espanhol (a de Villanueva del Trabuco e a de Montgai).

– Treminas [sic] é Trêsminas, do concelho de Vila Pouca de Aguiar. A inscrição citada é a n.º 141, em cuja versão o autor não inclui C(*onservatori*), que era o motivo aduzido para a citação na p. 171. De resto, também AE 1907, 151 não traz essoutro epíteto, que viria a ser 'descoberto' por Rodríguez Colmenero, que de seguida o abandona em prol de S(*olutorio*).

– Carviçais descobrimos que pertence a Torre de Moncorvo, distrito de Bragança. Trata-se da inscrição n.º 36, onde o autor duvida que se deva ler C(*onservatori*). A referência bibliográfica citada (RAP 367) está correcta, mas foi omitida no rol bibliográfico.

– Segue-se Freixo de Espada à Cinta, também do distrito de Bragança: é, no catálogo, a inscrição n.º 32.

– Por último, Santarém. ILER 68 sugere, de facto, a leitura Iov. c(*ons.*), com base na hipótese de leitura apresentada, em 1966, por Justino Mendes de Almeida e Fernando Bandeira Ferreira. Sucede, porém, que a inscrição não consta do catálogo e o autor ter-se-á esquecido de assinalar, na nota 140, a razão dessa omissão. Razão teve, no entanto, porque se trata de epígrafe com interpretação assaz problemática, de tal modo que, numa revisão de 2017, se chegou a aventar que a inscrição estava dedicada a uma divindade indígena, *Louciris* (ver *https://bit.ly/3aBN9T8*, pp. 31-34).

Quando se lê (p. 525) que o autor publicou, em 2012, na *Revista C*, 35, o artigo "Uma inscrição a Júpiter na Arrifana", interrogamo-nos sobre qual terá sido essa inscrição (Arrifanas conhecem-se, pelo menos, duas: uma no concelho de Santa Maria da Feira e outra em Aljezur), mas também onde se poderá encontrar a revista. A consulta na Internet dir-nos-á, acerca da Arrifana de Vila da Feira, que *"a ancestralidade do seu povoamento poderá também ser atestada por restos pré-históricos e por uma ara romana dedicada a Júpiter encontrados na área"*. Sucede, porém, que, de Santa Maria da Feira,

Manuel Leitão só nos apresenta uma inscrição, a n.º 2, que não é de Arrifana, mas de Fiães. Há, pois, que ler a nota 3 (p. 29), onde Manuel Leitão explica que obteve informação fidedigna de que o monumento foi recolhido em Ossela, freguesia do concelho de Oliveira de Azeméis, distrito de Aveiro. Esqueceu-se, porém, de a citar como mais um dos testemunhos em que Júpiter tem o epíteto de *Conservator*.

Sirva este excurso – repete-se, aleatório – para mostrar o interesse e, por outro lado, a complexidade que um trabalho desta índole detém, sobretudo na atenção ao pormenor. E a dificuldade que, apesar das 45 tabelas e dos 14 gráficos, a sua consulta vai apresentar, dada a ausência de índice dos antropónimos dos dedicantes e de tábuas de correspondência com outros *corpora*, até para satisfazer, nomeadamente, a curiosidade de se saber se, no conjunto, figura alguma inscrição inédita.
Valem, de facto, as conclusões gerais, a permitirem uma panorâmica, alicerçadas em dados fiáveis, bem documentados. "Fiável" foi a palavra com que Aitor Moneo Crespo classificou o seu estudo, antes mesmo de ele ser apreciado por um júri; vimos que, tendo, por exemplo, colocado a *civitas Igaeditanorum* no *conventus Bracarensis*, alguma da sua fiabilidade foi por água abaixo…
O estudo de Manuel Leitão, ao invés, sem pretensões a ser "fiável", tem o grande mérito de reunir num volume, bem arrumadas por distritos e concelhos, todas as epígrafes de que teve conhecimento. E de todas elas apresentou bibliografia susceptível de proporcionar revisões por parte de quem venha a interessar-se pelo tema.
Aliás, o desafio que certamente lhe ficou bem patente foi o de rever o catálogo, para burilar uma que outra anomalia, as frequentes gralhas e, de seguida, voltar a debruçar-se sobre o panorama apresentado e que as tabelas e gráficos muito ajudam a clarificar.
¿Um Júpiter Óptimo Máximo que, em ambiente rural, simboliza o poder central, a fidelidade dos indígenas, e um Júpiter Óptimo Máximo que, em ambiente urbano, celebra o imperador? ¿Será que pode contrapor-se o elegante altar fundacional de Almofala, mandado erguer pela *Civitas Cobelcorum*, ao faustoso pedestal, ornado com as insígnias imperiais, que a emeritense *Flavia Rufina*, flamínica da província da Lusitânia e flamínica também, e a título perpétuo, da colónia emeritense e do município salaciense, ofereceu a esse deus maior, no termo de Alcácer do Sal?
O contraste é evidente e incita-nos a ratificar conclusões.
Não convém, todavia, embarcar de imediato num rumo que se afigure eficaz; haverá, por certo, escolhos a evitar, dúvidas sobre a direcção a seguir. E só com todas as cartas de marear à frente o porto seguro se poderá almejar. Subiu-se ao monte; o panorama enxergou-se; agora, é de sentar-se no cume e tudo observar melhor!

Arquivar o Futuro

o livro *Cultural Heritage and the Future*

Patrícia Brum [1]

[1] Investigadora integrada do História, Territórios e Comunidades, pólo do Centro de Ecologia Funcional da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Nova Fcsh); *patriciabrum@fcsh.unl.pt*.

Por opção da autora, o texto não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

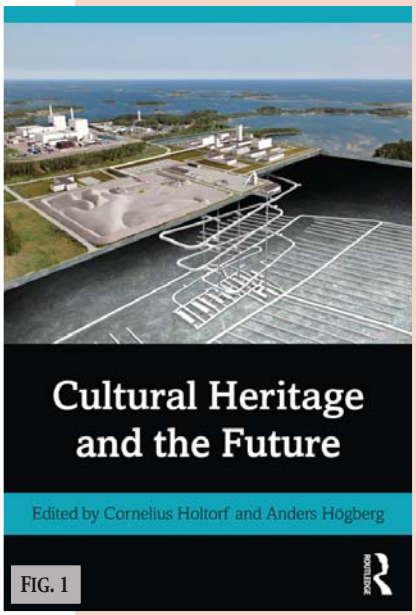


FIG. 1

Holtorf, Cornelius e Högberg, Anders (eds.) (2021) – *Cultural Heritage and the Future*. New York: Routledge. 279 pp. Isbn 978-1-138-82901-5.

O livro *Cultural heritage and the future* (Fig. 1), publicado durante a pandemia, em 2021, é um primeiro contributo para este tema de investigação do século XXI, que já levou à criação da cátedra da Unesco "Heritage Futures", em 2017, na Universidade de Lineu (Suécia), traduzido por "patrimónios futuros" (Holtorf e Muniz, 2020), apesar de ainda estar por fixar o termo em português.
Conforme definido por Cornelius Holtorf e Anders Högberg, os co-editores deste volume, "Heritage Futures" é entendido como o papel do património na relação entre as sociedades presentes e futuras, dividindo-se este livro em quatro secções: estudos de património e gestão; reflexões sobre o futuro do património cultural material; repensar de patrimónios futuros e relações entre património cultural e produção de futuro.
É difícil prever como o património evoluirá e,